

Balancos patrimoniais em 31/12/2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Ativo	2015		2014	
	Nota	2015	2014	
Circulante		26.251	50.846	
Caixa e equivalente de caixa	5	782	1.661	
Contas a receber	6	12.843	33.926	
Imóveis a comercializar	7	12.548	15.039	
Outros		78	220	
Não circulante		439	1.565	
Contas a receber	6	433	1.238	
Dépósitos judiciais		-	316	
Imobilizado		6	11	
		26.690	52.411	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Adiantamento para futuro aumento de capital				
	Capital social	20.717	Reserva Legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.758	20.717	872	16.366	53.713
Integralização de capital	20.558	(20.558)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.233	-	-	1.233
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(5.675)	(5.675)
Dividendos propostos	-	-	-	(10.691)	(10.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	36.316	1.392	872	38.580	38.580
Redução de capital	(21.316)	(685)	-	-	(22.001)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(3.847)	(3.847)
Compensação de prejuízos	-	-	(872)	-	872
Saldos em 31 de dezembro de 2015	15.000	707	-	(2.975)	12.732

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/2015 e 2014 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A NS Empreendimento Imobiliário Noroeste I SPE S.A. "Companhia" foi constituída em 21 de agosto de 2009 com o propósito específico de planejar, promover, desenvolver e entregar um empreendimento imobiliário para fins residenciais nos imóveis situados na cidade de Brasília, Distrito Federal na Proteção-G de da Superquadra Noroeste 108, SQUIN 108 do Setor de Habitações Coletivas. A Companhia é uma sociedade anônima, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Brasília - DF, O empreendimento, Bossa Nova, foi concluído em novembro de 2014. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis:** **2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação, os pronunciamentos, instruções e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) incluindo a Orientação OCP 04, e a Interpretação Técnica (IPC 02), aplicáveis as entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. **2.2 Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A Companhia atua no Brasil e usa o Real como "moeda funcional" e moeda de apresentação das demonstrações financeiras e, adicionalmente, não realiza operações em moeda estrangeira. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** Considerando as transações e operações da Companhia, os ativos financeiros são classificados como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria, os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante todos aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço; caso contrário, estes são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **2.4.2 Reconhecimento, mensuração e compensação de instrumentos financeiros:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.3 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos (perdas) de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. Assim, quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. No caso específico do contas a receber de clientes, a Administração considera que a existência de atrasos decorrentes da construção de unidades em construção fiduciária, face a garantia existente e às condições atuais de mercado, não representa evidência objetiva de impairment. **2.5 Contas a receber:** A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção do empreendimento. As contas a receber de clientes são constituídas aplicando-se o percentual de evolução da obra (POC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas acumuladas a serem reconhecidas, sobre o qual deduz-se as parcelas recebidas. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Quando concluída a construção, incidirá sobre o contas a receber juros e variação monetária, os quais serão apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência de exercícios. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.6 Imóveis a comercializar:** A parcela em estoque corresponde ao custo incorrido no estágio atual de construção das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende terrenos, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados. O custo dos terrenos está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados no período de aquisição até o momento de sua venda. **2.7 Imobilizado:** Os gastos incorridos e diretamente relacionados com a construção de estande de vendas e do apartamento-modelo, quando sua vida útil estimada é superior a um ano, possuem natureza de caráter prioritariamente tangível e, dessa forma, são registrados na rubrica "Ativo imobilizado", sendo depreciados de acordo com o prazo de sua vida útil estimada e o correspondente encargo de depreciação alocado no resultado. **2.8 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.9 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.10 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido, segundo o qual a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos de renda diferidos

ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.11 Capital social:** Está representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício. **2.12 Apuração do resultado:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo dos contratos de venda firmados quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir: **(a) Receita de venda de imóveis:** O empreendimento foi lançado em fevereiro de 2011. Dessa forma, para o reconhecimento da receita correspondente às unidades já comercializadas, foram observados os procedimentos e estabelecidos pelo CPC 30 - "Receitas", mais especificamente, os procedimentos que tratam do reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada dos riscos e benefícios mais significativos inerente à sua propriedade. O enquadramento dos contratos de venda dos empreendimentos para fins de aplicação da referida norma, foi efetuado com base na Orientação OCP 04, a qual norteou a aplicação da Interpretação Técnica IPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras. A partir das referidas normas e, levando também em consideração os procedimentos contábeis aplicáveis previstos pela Orientação OCP 01 (R1) - "Entidades de Incorporação Imobiliária", os seguintes procedimentos foram adotados: O encargo relacionado com a comissão de venda é de responsabilidade do adquirente do imóvel, não incorporando o preço de venda. As despesas com comissões de vendas incorridas pela Companhia são tratadas como pagamentos antecipados e apropriadas ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas", observando-se os mesmos critérios de apropriação da receita de incorporação imobiliária. Após a conclusão da construção e entrega das chaves das unidades comercializadas, a atualização monetária do contas a receber passam a ser calculada pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e passará a incidir juros de 12% ao ano, apropriados de forma pro rata temporis. Nessa fase, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira usando o método da taxa efetiva de juros e não mais integrará a base para determinação da receita de vendas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **4. Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos de crédito imobiliário, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global, que é realizada pela tesouraria central de sua sócia-acionista João Fortes Engenharia S.A., se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. **(a) Risco de crédito:** É avaliado como não relevante face a garantia real de recuperação de seus produtos nos casos de inadimplência durante o período de construção. **(b) Risco de moeda:** Considerado praticamente nulo em virtude da Companhia não possuir ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, bem como não possuir dependência significativa de materiais importados em sua cadeia produtiva. **(c) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela tesouraria central de sua acionista João Fortes Engenharia S.A. **(d) Gestão de riscos financeiros:** Aplica-se a prática de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Desta forma, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pela tesouraria central de sua acionista João Fortes Engenharia S.A. a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. **(e) Valor justo e contábil dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com instrumentos financeiros ativos e passivos. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

5. Caixa e equivalente de caixa:

	2015	2014
Caixa e bancos	782	1.661
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. 6. Contas a receber: O contas a receber foi atualizado pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) e, após a conclusão da construção e entrega das chaves das unidades de vendas, passou a ser atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de juros de 12% ao ano, os quais passarão a ser apropriados de forma pro rata temporis. Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade imobiliária residencial com foco no segmento econômico, a Companhia não possui individualmente, clientes que representem mais de 10% da receita total consolidada. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de ativo circulante e não circulante de contas a receber de clientes está composto pelos seguintes vencimentos:		

	2015	2014
Vencidos	8.129	2.232
A vencer:		
Até 30 dias	1.812	343
31 a 60 dias	804	31.214
61 a 90 dias	2.054	5
91 a 120 dias	3	3
121 a 360 dias	41	129
Ativo circulante	12.843	33.926
	2015	2014
A vencer		
entre 1 e 2 anos	69	190
entre 2 e 3 anos	70	197
entre 3 e 4 anos	70	172
Após 4 anos	224	679
Ativo não circulante	433	1.238
(*)Vencidos	2015	2014
Até 30 dias	242	888
31 a 60 dias	3	671
61 a 90 dias	-	5
91 a 180 dias	20	19
Venc + 180 dias	7.864	649
	8.129	2.232

7. Imóveis a comercializar:

	2015	2014
Imóveis a comercializar	12.548	15.039
	31/12/2015	31/12/2014
	Posição em	Posição em
	Percentual	Percentual
Em Estoque	22,44%	23
Vendas	77,56%	109
	100,00%	132

8. Impostos e contribuições diferidos:

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social	409	1083
Contribuições ao PIS e a COFINS	484	1283
Encargos diferidos das operações	893	2.366
Passivo não circulante	279	(83)
Passivo circulante	864	2.283

8.1 Imposto de renda e contribuição social (a) Diferidos: A sociedade é tributada com base no lucro presumido, não possuindo, dessa forma, saldos a serem

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

a expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31/12/2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto pela quantidade de ações e valores unitários das ações)

	2015	2014
Receita líquida de vendas	10	2.151
Custo dos produtos vendidos	(3.812)	(5.858)
Resultado bruto	(1.661)	(5.004)
Despesas gerais e administrativas	(1.045)	(802)
Despesas com vendas	(1.315)	(811)
Outras despesas	(18)	(33)
	(2.378)	(1.646)
Resultado operacional	(4.039)	(6.650)
Receita financeira, líquida	488	1.064
Resultado antes do IR e da CS	(3.551)	(5.586)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(970)	(259)
Diferido	8.1	674
	(296)	(89)
	(3.847)	(5.675)
Prejuízo líquido do exercício	(3.847)	(5.675)
Quantidade de ações	15.000.000	36.316.047
Prejuízo básico por ação	(0,25647)	(0,15627)

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31/12/2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014
Prejuízo Líquido do exercício	(3.847)	(5.675)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(3.847)	(5.675)

Demonstrações dos fluxos de caixa findo Exercícios findos em 31/12/2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes do IR e da CS	(3.551)	(5.586)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação	5	3
Impostos diferidos	(799)	(203)
	(4.345)	(5.786)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	21.888	5.816
Estoque	2.491	(2.836)
Outros ativos	458	(399)
Fornecedores	(87)	(458)
Outros passivos	821	146
	21.226	(3.517)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(912)	(343)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(20.314)	(3.860)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.233
Devolução de capital	(10.502)	-
Dividendos pagos	(10.691)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(21.193)	1.233
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(879)	(2.627)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.661	4.288
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	782	1.661
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(879)	(2.627)

compensados, deduzidos ou adicionados nas bases de cálculo dos lucros tributáveis futuros. Todavia, possuiu a intenção de tributar em exercícios futuros, decorrentes de receitas nas atividades imobiliárias tributadas em regime de caixa e o valor registrado em regime de competência, no montante de R\$ 13.276 (base de cálculo) em 31 de dezembro de 2015 (2014 - R\$ 35.163). Em decorrência das obrigações tributárias como antes mencionadas, foi contabilizado o correspondente efeito tributário (imposto de renda e contribuição social diferidos), totalizando R\$ 893 (2014 - R\$ 2.366) e apresentados no passivo circulante e não circulante. O imposto de renda e a contribuição social devidos sobre os lucros tributáveis foram apurados conforme mencionado na (Nota 2.10). **(b) No resultado do exercício:** O encargo de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício pode ser assim resumido:

	2015	2014
Lucro presumido	(970)	(259)
Imposto corrente	674	170
Imposto diferido	(296)	(89)
Encargo no resultado do exercício	(970)	(89)

(c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social:

	2015	2014
Alíquota nominal combinada do IR e da CS	(3,847)	(5,675)
IR e CS às alíquotas da legislação	347	34%

Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva

	2015	2014
IR e CS sobre recebimento do período	970	259
Variação do IR e CS sobre o saldo de contas a receber	(674)	(170)
IR e CS no período	(296)	(89)
Parcela corrente	(970)	(259)
Parcela diferida	674	170
	(296)	(89)

8.2 Contribuições ao PIS e a COFINS: Semelhante ao imposto de renda e contribuição social diferidos as receitas das atividades imobiliárias a tributar em exercícios futuros no montante de R\$ 13.276 (base de cálculo) em 31 de dezembro de 2015 (2014 - R\$ 35.164), foi contabilizado o correspondente efeito, das contribuições incidentes sobre as receitas (Contribuição ao Plano de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)). **9. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Por considerar o capital social excessivo, decidem os Acionistas em AGE realizada em 19 de agosto de 2015, pela sua redução do atual montante de R\$ 36.316 para R\$ 15.000,00, portanto uma redução no valor de 21.316, procedendo-se, após o decurso do prazo legal, ao cancelamento das 21.316 ações ordinárias da Sociedade, subscritas e integralizadas mediante a restituição ao Acionista do valor equivalente a R\$ 1,00 (um real) por ação.

Quantidade de ações

	2015	2014
Descrição		
João Fortes Engenharia S.A.	3.750.000	9.079.012
Banco Votorantim	10.499.999	25.421.232
NS Empreendimentos Imobiliários SS Ltda.	750.001	1.815.803
	15.000.000	36.316.047

(b) Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC:

	2015	2014
João Fortes Engenharia S.A.	1.177	562
Banco Votorantim	495	671
NS Empreendimentos Imobiliários SS Ltda.	35	159
	707	1.392

(c) Lucros: (i) Reserva legal: A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas agridem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital. **10. Resultado operacional bruto:** Segue abaixo abertura do resultado operacional bruto:

	2015	201
--	------	-----